



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM SÃO
INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO SURDO
NA UNIVERSIDADE?**

TALES RAMOS MONTEIRO DOS SANTOS

ORIENTADORA: PROFa. DRa. JULIANA EUGÊNIA CAIXETA

Brasília – DF/2015



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

TALES RAMOS MONTEIRO DOS SANTOS

**AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM SÃO
INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO SURDO NA
UNIVERSIDADE?**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Eugênia Caixeta

Brasília – DF/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

TALES RAMOS MONTEIRO DOS SANTOS

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM SÃO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO SURDO NA UNIVERSIDADE?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 21/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PROFa. DRa. JULIANA EUGÊNIA CAIXETA (Orientadora)

PROFa. Dra. RENATA CARDOSO DE SÁ RIBEIRO RAZUCK (Examinadora)

TALES RAMOS MONTEIRO DOS SANTOS (Cursista)

Brasília – DF/2015

Dedico esse trabalho à minha família e aos amigos mais próximos, pelo estímulo e pela força dada para prosseguir com este curso. Também os agradeço pela compreensão nos momentos de minha ausência durante a realização deste trabalho, que será de grande importância na minha trajetória acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde, sabedoria e por mais uma vitória alcançada.

Aos meus pais, pelo carinho, educação e dedicação que me deram.

Ao amigo, Rogério Pereira, pelo incentivo, apoio e pela ajuda em alguns momentos do curso.

Às amigas e colegas de curso, Martaneres Lopes e Joscileide Carvalho, que me motivaram na construção deste trabalho e a seguir até o final no curso.

Ao grande amigo e parceiro, Alberto Freire, pelo companheirismo, incentivo e motivação durante a pesquisa e a realização deste trabalho.

À tutora, Roberta Assunção, pela ótima condução do seu papel no decorrer do curso, mostrando-se empenhada e dedicada em fazer sempre uma excelente mediação com os alunos, na plataforma e, claro, pela presteza e solicitude comigo. Não tenho palavras para descrever o quanto esta grande profissional foi atenciosa, afetuosa e cuidadosa nos *feedbacks* e orientações, com um olhar de educadora e pesquisadora. Sem dúvidas, sua atuação foi significativa nesse processo de formação que nos ajudou a desenvolver e adquirir novos conhecimentos ao longo do curso.

A todos os professores do curso, responsáveis por esse processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos, pela competência e organização impecável do curso.

A todos os colaboradores e agentes do Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, IP/UnB, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil, UAB, sempre tentando fazer o melhor pelo curso.

Ao Polo do Sistema Universidade Aberta do Brasil, UAB/UnB, de Alto Paraíso, Goiás, pela receptividade, pela estrutura e pelo apoio prestados nos encontros presenciais durante a realização do curso, em especial, à tutora, Elisângela Teles, sempre disposta em fazer o melhor para a turma durante esses momentos.

Aos colegas de turma pela experiência e aprendizagem adquiridas. Com eles, aprendi que todos nós somos capazes de construir e de contribuir para uma aprendizagem qualitativa, valorativa e, acima de tudo, prazerosa.

E, finalmente, um agradecimento especial, à professora orientadora, Doutora Juliana Eugênia Caixeta, por toda compreensão, flexibilidade, paciência, estímulo e afeto no processo de realização deste trabalho de conclusão de curso. Mais uma vez, muito obrigado por proporcionar essa orientação uma experiência significativa em meio às adversidades.

“O educador se eterniza em cada ser que ele educa”

Paulo Freire

SANTOS, T. R. M. dos. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem são Instrumentos de Inclusão Escolar de um Aluno Surdo na Universidade?**. 2015. 42p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

RESUMO

A presente pesquisa surgiu com inquietações e questionamentos sobre a inclusão escolar no âmbito do ensino superior a distância, na Universidade de Brasília. Foi objetivo geral verificar a percepção de um estudante surdo e de seus professores sobre a inclusão escolar através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, no Curso de Letras, da Universidade, na modalidade a distância. Ao propor a inclusão escolar de estudantes surdos, a deficiência auditiva deve ser colocada com base no diálogo e na vivência do estudante, com práticas e estratégias significativas para que ele consiga interagir com o grupo através de recursos pedagógicos diferenciados. Nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, esses recursos requerem adaptação nos materiais por meio da Língua Brasileira de Sinais. Para a investigação do presente estudo, utilizaram-se questionários para a coleta de dados. No entanto, eles não foram respondidos pelos participantes, ainda que o pesquisador tentasse diferentes estratégias de contato com os participantes. Diante do não resultado, evidenciado pelo silêncio dos participantes, algumas reflexões foram levantadas como a questão do bilinguismo, fazendo com que o estudante com deficiência auditiva não necessitasse de Atendimento Educacional Especializado no Curso de Letras e que a inclusão escolar no nível superior, dentro da Universidade de Brasília, precisa ser debatida e dialogada para que ela não seja uma questão distante ou, supostamente, ignorada frente ao silêncio dos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Libras, Surdez.

ABSTRACT

This work emerged from the concerns and questionings about educational inclusion in distance higher education at the University of Brasília. The general objective was to verify the perception of a hearing impaired student and his teachers about educational inclusion through a virtual learning environment at the distance Languages Undergraduate Course at the University. When proposing educational inclusion to hearing impaired students, the impairment must be understood based on the dialog and the student's experience, with meaningful practices and strategies so that he/she may interact with the group through specific didactical resources. In virtual learning environments, these resources require adaptation of contents through the use of the Brazilian Sign Language. Questionnaires were used to collect data in this research; however, they were not answered, despite the researcher's different trials to contact participants. Facing the lack of answer, evident by the participants' silence, some reflections were made about bilingualism, making the hearing impaired student not need specialized educational counseling, and about the fact that educational inclusion at the University of Brasília needs to be debated and dialoged for it not to be a far-away, or supposedly, ignored matter, as evidenced by the silence of the participants.

Key words: Educational inclusion, Brazilian sign language, Hearing impairment

LISTA DE ABREVIATURAS

AASI – Aparelho de Amplificação Sonora Individual

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

Libras – Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1. Inclusão escolar no ensino superior	13
2.2. Ambientes virtuais de aprendizagem	15
2.3. Libras	17
2.4. Surdez	20
3. OBJETIVOS	23
3.1. Objetivo Geral	23
3.2. Objetivos Específicos	23
4. METODOLOGIA	24
4.1. Contexto da Pesquisa	24
4.2. Participantes da Pesquisa	25
4.3. Materiais	25
4.4. Instrumentos de Construção de Dados	25
4.5. Procedimentos de Construção dos Dados	25
4.6. Procedimentos de Análise dos Dados	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
APÊNDICES	35
ANEXOS	40

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar começou a ser tecida no século XX, segundo Kelman (2010), em que se acreditava que pessoas com deficiências e/ou altas habilidades eram incapazes de aprender, decidir ou agir. Felizmente, essa realidade vem mudando graças às pesquisas, discussões e aos estudos na área que visam a uma educação inclusiva efetiva, com qualidade, suporte e especialização de profissionais para evitar a marginalização e a exclusão dos indivíduos com desenvolvimento atípico. Um marco neste processo foi a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), garantindo a difusão da educação inclusiva mundialmente.

Hoje, no Brasil, a educação inclusiva enfrenta muitos desafios em sua implementação, como: formação adequada de professores e profissionais envolvidos no âmbito escolar, apoio especializado, adaptação de materiais, dentre outros, como aponta Fávero (2009). Historicamente, ela vem sendo compreendida de forma subjetiva quanto a sua definição e aplicabilidade, visto que o sistema educacional é permeado de diversas concepções, valores e crenças.

Diante da complexidade de definição desse termo, Kelman (2010) argumenta que a educação inclusiva “deve ser compreendida como um complexo e continuado processo em que novas necessidades e mudanças são exigidas” (p.57). Em outras palavras, é preciso desenvolver estratégias e propostas com um olhar diferenciado e reflexivo mediante aos diversos contextos no processo educativo.

Giroto, Poker e Omote (2012) definem o processo de educação inclusiva como um “processo por meio do qual a escola e a sociedade buscam valorizar as diferenças das pessoas, reconhecendo suas habilidades, reestruturando a sua organização e utilizando diferentes recursos para o afloramento de potencialidades” (p.122).

Nesse sentido, é fundamental o atendimento educacional especializado, o AEE, que deve ocorrer em todos os níveis do ensino escolar, proporcionando condições do estudante permanecer no ambiente escolar e, naturalmente, concluir os estudos.

Ao propor a inclusão escolar de estudantes surdos, a deficiência auditiva deve ser colocada com base no diálogo e na vivência do estudante, cabendo ao professor mediar esse processo com práticas significativas, ou seja, fazendo com que ele seja

incluído e que consiga interagir com o grupo por meio de recursos pedagógicos diferenciados. Nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, AVAs, esses recursos requerem adaptação nos materiais como vídeo-aulas, por exemplo, na Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral verificar a percepção do estudante surdo e dos docentes sobre a inclusão escolar através do ambiente virtual de aprendizagem, no Curso de Letras, da Universidade de Brasília, na modalidade a distância.

Os objetivos específicos se traduzem em: 1. definir a inclusão escolar, o ambiente virtual de aprendizagem, a Libras e a surdez; 2. compreender o bilinguismo como uma cultura relevante nesse processo; 3. realizar a pesquisa com o aluno e os professores por meio de questionários; 4. analisar os dados construídos na pesquisa a partir dos conceitos apresentados que permeiam a temática de surdez e a inclusão e, por último, 5. provocar reflexões que promovam a educação inclusiva, especificamente de alunos com surdez, nos espaços virtuais de aprendizagem, no âmbito do ensino superior.

Esta monografia está dividida em 06 capítulos: no capítulo um, a presente introdução. No capítulo dois será apresentada a fundamentação que servirá de embasamento para o estudo. Neste capítulo, serão tratados os seguintes temas: a inclusão escolar no nível superior, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Libras e a surdez. O capítulo três contém os objetivos geral e específicos. O capítulo quatro traz a metodologia da pesquisa abordando o contexto da pesquisa, os participantes, os materiais, os instrumentos de construção da pesquisa, os procedimentos da construção da pesquisa e análise dos dados. No capítulo cinco, serão discutidos os resultados. Por fim, serão tecidas as conclusões do presente estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR

Primeiramente, a inclusão escolar é um fenômeno que perpassa por princípios institucionalizados e por declarações que impõem sua implementação e ações práticas (KELMAN, 2010). A inclusão escolar visa minimizar os efeitos de separação impostos habitualmente pela sociedade que, por motivos históricos, enxergam o indivíduo com deficiência de forma inferior e/ou incapaz de se desenvolver nos âmbitos da família, trabalho, educação e lazer.

Kelman (2010) expõe que a inclusão escolar é um processo de transformação social, isto é, implica num processo em que novas necessidades surgem exigindo mudanças nos “aspectos sócio-histórico-culturais e, sobretudo, compreender que sujeitos em desenvolvimento, seja ele atípico ou não, dão sentido às experiências individuais e sociais, em uma dinâmica de relações intersubjetivas” (p.57).

Quanto à inclusão escolar no nível superior, de acordo com Brasil (2008), com base na Política Nacional de Educação Especial, deve ser assegurado o “acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior” (p.14), ou seja, a inclusão escolar deve ser debatida em todos os níveis educacionais para garantir a sustentabilidade educacional do estudante com deficiência.

O documento discorre, ainda, que a educação inclusiva deve criar mecanismos no Atendimento Educacional Especializado, o AEE, para dispor um atendimento adequado, disponibilizando serviços e recursos ao estudante deficiente e, também, aos professores.

Fávero, Pantoja e Mantoan (2007), seguindo os princípios da nossa Constituição e das convenções internacionais, discorrem que o AEE é uma forma de atendimento válido, uma vez que esse atendimento promove a inclusão e é capaz de suprir as necessidades do estudante. Segundo os autores, desde que:

seja adotado quando realmente exista uma necessidade educacional especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não precisam; seja oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (escola comum) freqüentado pelos demais alunos; se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isso ocorra sem dificultar

ou impedir que crianças e adolescentes com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum no mesmo horário que os mais alunos freqüentam; não seja adotado de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum (p.20).

No contexto escolar, de acordo com Damázio e Ferreira (2010), o AEE para estudantes surdos precisa ser compreendido como uma rede interligada entre o pensar e o fazer pedagógico para que o estudante interaja em sala de aula.

O atendimento educacional especializado para pessoas com surdez deve ser visto como construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processem como instrumento de interlocução e de diálogo. Pensamos no atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez, na perspectiva de que tudo se liga a tudo e que o ato de um professor transformar sua prática pedagógica, conectando teoria e prática, a sala de aula comum e o atendimento educacional especializado, numa visão complementar, sustenta-se a base do fazer pedagógico desse atendimento (p.49).

Segundo Pieczkowski (2012), a inclusão escolar no nível superior é pouco debatida em relação às discussões na educação básica. No entanto, a autora destaca que as discussões nas instituições de ensino superior tem ganhado, cada vez mais, voz graças às políticas públicas tais como o Artigo 65, do Decreto 5.296 de 2004, que decreta a promoção da inclusão de conteúdos temáticos na graduação e na pós-graduação.

A temática sobre educação inclusiva é muito ampla e com muitos desafios a serem vencidos. Mendes (2006) defende a ideia de que a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma ação, mas como parte da gestão que deve implementá-la de acordo com a legislação e garantir uma educação para todos a partir de uma equipe comprometida e esforçada para a efetividade da inclusão escolar. A autora acrescenta que:

só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática? (p. 402).

Falando em prática, naturalmente, tem-se a figura do professor cuja percepção será importante para o contexto deste trabalho monográfico, isto é, sua

práxis nesse enfoque. Tunes, Tacca e Bartholo Jr. (2005) partem do princípio de que o processo educativo é um ato de relação entre o professor e o educando a partir da visão de Vygotsky (1989). Eles acrescentam que:

Assim, para o professor empenhado em promover a aprendizagem de seu aluno, há o imperativo de penetrar e interferir em sua atividade psíquica, notadamente seu pensamento. Essa necessidade antecede a tudo e, por isso mesmo, dirige a escolha dos modos de ensinar, pois sabe o professor que os métodos são eficazes somente quando estão, de alguma forma, coordenados com os modos de pensar do aluno (p. 691).

Sendo assim, pode-se dizer que o professor exerce um papel fundamental no processo de inclusão escolar em qualquer espaço educacional, inclusive, na educação a distância, que é uma modalidade acessível, que visa alcançar o maior número de pessoas, a qual prima pela qualidade do processo de ensino, valorizando a diversidade e a heterogeneidade nesses espaços de aprendizagem, por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, os AVAs. Cabe-lhe criar uma atmosfera de inclusão, favorecendo a construção do conhecimento através de recursos, ferramentas e estratégias pedagógicas de acordo com a necessidade educacional específica do estudante.

2.2. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, comumente chamados de AVAs, são ambientes ou espaços de aprendizagem moldados para a internet com o intuito de ofertar cursos na modalidade a distância com recursos que propiciam o gerenciamento da plataforma e a interação entre os participantes inseridos nesses ambientes (ALMEIDA, 2003).

Atualmente, existem muitas plataformas educacionais que propiciam esse processo de aprendizagem virtual. As mais difundidas mundialmente são as plataformas *Moodle*¹ e *Blackboard*². Ambas podem ser adaptadas de acordo com a instituição de ensino, assim como a proposta do curso a ser ofertado através desses ambientes. O diferencial das duas plataformas é que a primeira é um *software* gratuito e a segunda, por sua vez, é pago.

¹ Plataforma Moodle: <https://moodle.org/>

² Plataforma Blackboard: <http://blackboard.grupoa.com.br/>

De acordo com Almeida (2003), os AVAs:

são sistemas computacionais disponíveis na Internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos. As atividades se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento prévio denominado *design educacional*, o qual constitui a espinha dorsal das atividades a realizar, sendo revisto e reelaborado continuamente no andamento da atividade (p. 331).

Na pesquisa em questão, trataremos o Moodle³, por ser a plataforma adotada pela Universidade de Brasília – UnB nos cursos a distância⁴ e nos cursos presenciais⁵ da instituição, como apoio.

O Moodle é uma das plataformas educacionais mais utilizadas no mundo por oferecer diversas ferramentas e recursos para o processo de ensino e aprendizagem, além de ser gerido facilmente e possuir o seu sistema aberto para programadores e desenvolvedores de *softwares*. O Moodle foi criado pelo professor australiano, Martin Dougiamas, em 1999, com o apoio de pesquisadores, professores e programadores.

Atualmente, a plataforma pode ser acessada tanto pelo computador como por dispositivos móveis, *smartphones* e *tablets*, possibilitando ainda mais a sua expansão e o experimento de novas tecnologias que possam agregar e facilitar a gestão desses ambientes e processos de formação e educação de usuários e participantes da plataforma.

De acordo com Pulino Filho (2009), o Moodle é um ambiente virtual de aprendizagem cuja “construção coletiva do conhecimento *online* é, muitas vezes, de grande importância para alguns alunos. Muitos professores relatam um aumento significativo na participação quando se introduz esse formato de aprendizagem” (p.3). Segundo o autor, a plataforma Moodle foi idealizada para ser um ambiente cujo foco é a aprendizagem do aluno alicerçado no construtivismo social, isto é, baseando-se “na ideia de que pessoas aprendem melhor quando engajadas em um

³ MOODLE: Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. Em português, pode ser chamado de ambiente virtual de aprendizagem sem qualquer prejuízo de informação.

⁴ EaD/UnB: ead.unb.br

⁵ UnB Aprender: aprender.unb.br

processo social de construção do conhecimento pelo ato de construir alguma coisa para outros” (p. 4).

Sendo assim, os AVAs, como o Moodle, por exemplo, são instrumentos propiciadores de inclusão escolar a fim de diminuir especificidades e necessidades educacionais dos estudantes com algum tipo de deficiência devido aos recursos que podem agregar o processo educativo e o desenvolvimento de alunos com deficiência.

Pereira, Schimitt e Dias (2007) acrescentam que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem são espaços midiáticos que permitem a interação entre os atores envolvidos no processo educativo. Nesse processo, os autores apontam que a qualidade desse processo:

depende do envolvimento do aprendiz, da proposta pedagógica, dos materiais veiculados, da estrutura e qualidade de professores, tutores, monitores e equipe técnica, assim como das ferramentas e recursos tecnológicos utilizados no ambiente. (p. 4-5)

Com isso, vemos que o AVAs necessita de diversos fatores, citados pelos autores acima, para a sua operacionalização direcionada ao aluno com deficiência. Nessa junção, ou seja, os agentes envolvidos nesse processo formativo são essencialmente importantes para pensar num ambiente adequado e acolhedor para esse aluno com deficiência.

Sendo assim, é preciso, primeiramente, conhecer o aluno e, na pesquisa em questão, o estudante surdo, para saber suas reais necessidades educacionais e, assim, promover um ambiente com adaptações nos materiais e no atendimento oferecido a ele, visando ao seu acesso e dando condições para que o mesmo consiga percorrer sua jornada acadêmica com o devido apoio através da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, que é a língua natural dos surdos, reconhecida desde 2002, e amparada pelo Decreto Nº 5.626 de 2005.

2.3. LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais, mais conhecida como Libras, configura-se, de acordo com Honora e Frizanco (2009), como uma língua de modalidade gesto-visual, sendo utilizada por pessoas Surdas que vivem no Brasil. A língua brasileira

de sinais não possui fonemas, mas tem pontos de articulação que são expressos pelas mãos e gestos como as demais línguas de sinais espalhadas pelo mundo.

A língua, seja ela falada, escrita ou gesto-visual, é um corpo vivo que está em constante mudança. Nas línguas de sinais, não seria diferente, pois, segundo as autoras, novos sinais surgem conforme a necessidade da comunidade Surda de se comunicar.

Conforme já mencionado anteriormente, a Libras é uma língua reconhecida como meio legal de comunicação e expressa pela Lei de Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Isto é, assim como as demais línguas, a Libras tem suas particularidades e singularidades de comunicação entre as comunidades de surdos e de pessoas que adotam a Libras como segunda língua. De acordo com a referida lei, a Libras:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002).

Diante disso, na esfera do ensino superior, as instituições buscaram se adequar, realizando mudanças curriculares para incluir a Libras como uma disciplina obrigatória para todos os cursos de licenciatura, com base no Decreto de Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Segundo o Decreto:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de

Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005).

O decreto ainda discorre sobre a formação de professores para atuar no ensino de Libras. Conforme o Art. 4º:

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. (BRASIL, 2005)

Por último, a fim de garantir o direito à educação às pessoas surdas ou com alguma deficiência auditiva, o decreto discorre que:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2005).

Naturalmente, o bilinguismo acaba surgindo nesse processo de comunicação, uma vez que estudantes surdos ou com alguma deficiência auditiva transita entre os falantes.

Em geral, o bilinguismo pode ser entendido como a capacidade de a pessoa dominar duas línguas. Um ponto de partida óbvio é a definição apresentada no dicionário da língua portuguesa, o Dicionário Novo Aurélio (1999), que define como bilinguismo a “utilização regular de duas línguas por indivíduo, ou comunidade, como resultado de contexto linguístico” (p.98).

Para Hamers e Blanc (2003), o bilinguismo requer que o usuário tenha “competência em apenas uma das quatro habilidades da língua, compreensão auditiva, fala, leitura e escrita⁶”. (p. 6) Isto é, o indivíduo ter a capacidade de se comunicar na segunda língua conforme os conceitos e suas estruturas linguísticas em uma dessas habilidades.

Segundo Kelman (2010), o bilinguismo para indivíduos surdos resulta no ensino da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa em momentos distintos no processo de formação educacional. A autora explica que:

A língua de sinais é sua primeira língua (L1), por ser sua língua natural, a mais fácil dele aprender: basta estar em contato com a comunidade surda. É também chamada sua língua espontânea. Mas não pode ser considerada uma língua materna, apesar de muitos pensarem assim, uma vez que não é a língua em que interagiu com sua mãe ouvinte ou a língua em que foi criado. A língua portuguesa pode ser considerada então como a segunda língua (L2). O conhecimento da L2 é obtido em condições distintas, dependendo do grau de surdez, do grau de contato com a L2, o que acarreta em diferentes graus de proficiência (p.147).

O bilinguismo é um processo muito importante para o aluno surdo porque cria um ambiente com contextos linguísticos para a sua comunicação. Ainda, segundo Kelman (2010 *apud* Pereira 2004), o bilinguismo ajuda a pessoa a formular conceitos da língua 1, ou seja, a Libras, reforçando sua comunicação de forma natural.

2.4. SURDEZ

De acordo com o Art. 2º, do Decreto de Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, surda é aquela pessoa “que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente

⁶ Tradução livre do original: “competence in only one of the four language skills, listening comprehension, speaking, reading, and writing”.

pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”, cujo parágrafo único do decreto considera a “deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

Kelman (2010) explana que a deficiência auditiva possui graus de perda de audição em que elas são classificadas em quatro níveis: leve, moderada, severa e profunda. Elas são diagnosticadas de acordo com exames de audiometria que são realizados por fonoaudiólogos.

Em geral, a autora afirma que os surdos são orientados a utilizarem a Aparelho de Amplificação Sonora Individual, o AASI, comumente chamado de aparelho auditivo. Esse aparelho, de acordo com a autora, pode auxiliar o indivíduo no processo de letramento, que envolve suas relações interpessoais assim como o seu desenvolvimento humano e escolar. Por isso, especialistas na área afirmam que é fundamental descobrir o quanto antes se a criança é surda, pois é possível usar o aparelho auditivo a partir dos 03 meses de vida.

Morais, Martins e Leonart (2006) discorrem que as pessoas surdas ou com perda auditiva podem melhorar a audição com o uso desses aparelhos. Os autores explicam que na perda leve a pessoa apresenta dificuldades para discriminar sons da fala. Ainda, neste grau de perda auditiva, este grau causa grandes problemas, pois a criança pode demonstrar falta de atenção, problemas de comportamento e dificuldades na leitura e escrita, no ambiente escolar.

Na perda moderada, os autores afirmam que neste grau é comum que indivíduos apresentem dificuldades mais acentuadas na identificação de sons da fala, principalmente em ambientes com ruídos. Ainda, elas podem apresentar trocas e omissões de fonemas ao se expressarem e terem dificuldades escolares mais acentuadas.

Nas perdas severas ou profundas, Moraes, Martins e Leonart (2006) afirmam que as pessoas com esses níveis de deficiência podem:

melhorar a sua audição com o uso de próteses auditivas, como pode acontecer de a melhora não ser significativa. As próteses auditivas são concedidas as pessoas usuárias do SUS gratuitamente. Na perda auditiva severa, a pessoa apresenta grande dificuldade para discriminar os sons da fala; compreensão verbal ruim; dificuldades escolares bem acentuadas. Perda auditiva profunda a pessoa não atende a chamados, tem muita dificuldades para perceber a voz, aponta os objetos tentando se fazer entender, chama a atenção dos outros tocando com as mãos ou puxando a roupa (p. 9).

A surdez pode ser trabalhada e contornada de acordo com cada caso. Quanto mais cedo se descobre, mais fácil será o processo de aprendizagem da criança surda, assim como sua interação e socialização com o mundo a sua volta até a fase adulta.

Contextualizando com a presente pesquisa, Kelman (2010) caracteriza que os alunos com deficiência auditiva possuem dificuldades de inclusão porque se deparam com a falta de recursos pedagógicos adequados, prejudicando o processo de formação educacional desses estudantes. A autora ainda aponta a importância de o professor ter competência para lidar com estudantes surdos, uma vez que a interação entre ambos é importante para facilitar a comunicação e a compreensão do estudante. Mais que isso, a presença do intérprete em turmas inclusivas é essencial para o desenvolvimento do estudante, inclusive nos ambientes virtuais de aprendizagem, uma vez que essas turmas são também formadas por estudantes sem deficiência auditiva.

No mais, há um elo que interage com os agentes envolvidos nessa investigação para o alcance do objetivo geral que é identificar, de fato, o uso dos ambientes virtuais de aprendizagem como instrumento de inclusão escolar de um aluno surdo na universidade através da ótica do próprio estudante surdo e de alguns professores envolvidos nesse processo educativo, no ensino superior.

3. OBJETIVOS

A presente pesquisa apresenta os seguintes objetivos geral e específicos.

3.1. Objetivo Geral

Verificar a percepção do estudante surdo e dos docentes sobre a inclusão escolar através do ambiente virtual de aprendizagem, no Curso de Letras da Universidade de Brasília, na modalidade a distância.

3.2. Objetivos Específicos

- Identificar como o aluno surdo e docentes do Curso de Letras a distância da Universidade de Brasília utilizam o Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Verificar a opinião deles sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4. METODOLOGIA

O presente capítulo é dividido nas seguintes partes: contexto da pesquisa, participantes da pesquisa, materiais, instrumentos de construção de informações, procedimentos de construção dos dados e procedimentos de análise dos dados.

4.1. CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa que integra o presente trabalho buscou ser realizada no contexto do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, ofertado na modalidade a distância, na Universidade de Brasília – UnB, envolvendo um estudante surdo e alguns de seus professores.

A relevância desta pesquisa está no exercício da reflexão sobre a inclusão escolar no âmbito do ensino superior. No decorrer do curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Instituto de Psicologia, da Universidade, notava-se que boa parte das discussões girava em torno da educação básica com contribuições e estudos relevantes na área. Porém, o que temos na educação superior e, principalmente, na Educação a Distância? Logo, com essas e outras inquietações, pretendeu-se discutir a inclusão escolar por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem, sob as óticas dos professores e do estudante inserido nesse processo de formação superior e, assim, desvendar essas percepções sob o olhar da inclusão escolar.

Para alcançar as respostas, na presente investigação, optamos pela pesquisa de campo, na qual se caracteriza pela busca das informações diretamente com os sujeitos pesquisados segundo Gonsalves (2005).

Os participantes deverão consentir sua participação na pesquisa, que tem por foco verificar a percepção do estudante surdo e dos docentes sobre a inclusão escolar através do ambiente virtual de aprendizagem.

De acordo com a proposta de investigação, a pesquisa será composta por participantes que atendam os seguintes requisitos:

- a) Ser estudante do curso de Letras da Universidade de Brasília com surdez;

- b) Ser ou ter sido professor(a) do estudante referido no item a e ter experiência com a educação a distância na universidade (graduação, especialização ou extensão universitária).

4.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Infelizmente, não foi possível realizar o levantamento do perfil dos participantes da pesquisa porque eles não se dispuseram a participar após 03 tentativas de envio de e-mails e de ligar para um dos professores que se prontificou a participar da pesquisa, contudo responderia o questionário assim que possível. Porém, sem respostas até o presente fechamento deste trabalho.

4.3. MATERIAIS

Para a realização da pesquisa, utilizou-se o computador para a criação dos questionários, correspondentes a duas folhas, para os sujeitos envolvidos. Os questionários estão nos Apêndices deste trabalho monográfico.

4.4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados questionários para a coleta de dados (Apêndices A e B). De acordo com Chizzotti (1995), o questionário é um instrumento de coleta de dados com perguntas pré-definidas sobre o tema da pesquisa.

Logo, o questionário foi idealizado a fim de coletar alguns dados breves acerca dos participantes da pesquisa com o objetivo de traçar o perfil deles com algumas perguntas nas quais eles responderiam de acordo com a pergunta. O questionário foi aplicado de forma eletrônica, via e-mail, em outubro de 2015.

4.5. PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Os questionários foram enviados aos professores, assim como para o estudante com deficiência auditiva, por e-mail, no mês de outubro, deixando-os bem

à vontade para responder as questões. No entanto, após uma semana do envio dos questionários, eles não foram devolvidos, conforme idealizado pelo autor deste trabalho. Sendo assim, mais uma tentativa foi realizada, respeitando a confidencialidade de todos os participantes.

Porém, prestes a findar o prazo de uma semana após o envio do material, na segunda tentativa, mais uma vez, o autor desta monografia contatou, via e-mail e telefone, os sujeitos da pesquisa, mas sem sucesso novamente, implicando de forma negativa e preocupante os prazos para as análises e, conseqüentemente, os resultados da pesquisa.

Diante da dificuldade de contatar os professores, inclusive o aluno, via e-mail, na última semana do mês de outubro, o autor desta investigação foi à Secretaria do Curso de Letras, na modalidade à distância, mas a mesma se encontrava fechada em virtude dos colaboradores estarem em estado de greve.

A pesquisa escolheu a Universidade de Brasília – UnB, especificamente o curso de Letras, na modalidade a distância porque, segundo as informações obtidas na Direção de Ensino e Graduação a Distância, da UnB, em 2014, há um estudante surdo matriculado regularmente, despertando, assim, o interesse para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Inicialmente, cogitou-se envolver mais professores na pesquisa, mas, em função dos prazos estabelecidos pela Especialização e, por parte do autor, que apresentou dificuldades na gestão do tempo e, ainda, com a falta de respostas e de colaboração dos participantes da pesquisa, ela sofreu algumas modificações em seu percurso. Sendo assim, o fator tempo e as adversidades citadas foram limitadores na realização desta pesquisa para o trabalho final deste curso.

4.6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Como não foi possível a construção de dados pelos questionários, analisaremos a não-resposta, procurando levantar hipóteses sobre os motivos do silenciamento dos possíveis participantes da pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como exposto na sessão anterior, o instrumento de coleta de dados para a presente pesquisa foi o questionário baseado em perguntas às quais o pesquisador esperava serem respondidas. No entanto, a pesquisa não alcançou os resultados esperados, pois as respostas não foram obtidas porque os participantes dessa pesquisa não colaboraram, após diversas tentativas. Foram enviados três e-mails aos participantes durante o mês de outubro, nos dias 16, 23 e 27 do respectivo mês. No dia 26 de outubro, um dos professores foi contato via telefone e se prontificado a participar da pesquisa, mas responderia o questionário quando estivesse com disponibilidade, resultando em nenhuma resposta até prazo de entrega desta monografia. Ainda, a fim de contar com o apoio da Secretaria do Curso de Letras, na modalidade a distância, ela foi procurada, mas a mesma se encontrava de portas fechadas em virtude do estado de greve dos funcionários do departamento.

Nesse contexto, os resultados serão apresentados tendo em vista hipóteses que podem explicar o silenciamento dos participantes. Foram desenvolvidas duas categorias de hipóteses: uma relacionada à educação das pessoas surdas e outra relacionada ao delineamento metodológico da pesquisa, que acreditamos ser mais possível de explicação do silenciamento.

No que se refere à hipótese relacionada à educação das pessoas surdas, podemos supor que o estudante em questão tem a língua portuguesa como segunda língua na qual não o impede no seu desenvolvimento escolar na Universidade de Brasília. De forma natural, o bilinguismo surge entre os estudantes surdos ou com alguma deficiência auditiva, uma vez que eles transitam entre os falantes, principalmente no contexto escolar.

Como apontam Hamers e Blanc (2003), para ser bilíngue, basta que o indivíduo tenha a capacidade de se comunicar na segunda língua, no caso o português, de acordo com os conceitos e suas estruturas linguísticas tendo “competência em apenas uma das quatro habilidades da língua, compreensão auditiva, fala, leitura e escrita” (p. 6), explicando, assim, o silêncio do estudante alvo dessa pesquisa monográfica, no sentido de a pesquisa não trazer um tema motivador, haja vista que ele se sente incluído ou não no ambiente virtual de aprendizagem e nas interações do curso.

Quanto aos professores, o silêncio pode ser compreendido, talvez, pelo fato de o estudante não ter demonstrado dificuldades no processo de aprendizagem na educação a distância por ter o português como sua segunda língua. Ainda, nessa relação professor- aluno, Tunes, Tacca e Bartholo Jr. (2005) partem do princípio de que o processo educativo é um ato de relação entre o professor e o estudante. Sob a luz de Vygotsky (1989), em que o professor, através de sua prática pedagógica, tem o papel de interferir no processo educativo de acordo com a sua percepção, ou seja, com os modos de ensinar entrelaçados com o modo de pensar do estudante. Nesse contexto, o tema da pesquisa também pode não ser motivador para os professores.

Outra hipótese se refere ao delineamento do método da pesquisa. A metodologia qualitativa é adequada para estudos que pretendem identificar a percepção das pessoas sobre fenômenos sociais, mas, talvez, o método da pesquisa, que preveu a coleta de dados em um período que foi conturbado por situações de greve e de dificuldades de comunicação com os participantes, pode ter sido inadequado.

A dificuldade de comunicação com os participantes pela modalidade e-mail foi constatada pela ausência de respostas, mas, quando o pesquisador, buscou alternativas ligadas ao diálogo direto com os participantes, por meio de telefone ou WhatsApp, esta estratégia não foi possível por conta da greve dos funcionários.

Esta dificuldade no método parece evidenciar a necessidade de flexibilidade no delineamento de pesquisa, tão defendido pela metodologia qualitativa, e, mais ainda, a necessidade de se delinear alternativas comunicativas com os participantes já no planejamento da pesquisa, haja vista que se tratava de uma pesquisa que tinha por foco a educação a distância.

Por outro lado, chamou-nos a atenção o fato de os professores não terem respondido a nenhum dos e-mails, nem mesmo para negarem suas participações na pesquisa. Este contexto nos levanta uma pergunta: por quê isto pode ter acontecido? Uma possível explicação talvez seja o não uso dos endereços eletrônicos registrados pela Universidade, por parte dos professores, em períodos em que não atuam como professores a distância. Dessa forma, eles não teriam lido os e-mails.

Da mesma forma, podemos nos perguntar: será que o estudante teve acesso ao e-mail? Será que o entendeu? Com esses resultados, vê-se que a pesquisa sobre inclusão escolar na educação superior a distância requer reflexões e pesquisas do ponto de vista metodológico, ou seja, qual a melhor maneira de construir informações sobre o tema o uso do ambiente virtual de aprendizagem na educação de surdos no ensino superior a distância? Será que é utilizando as tecnologias de informação e comunicação, como o e-mail, utilizado nesta pesquisa? Ou será com a utilização de outras ferramentas que permitam o encontro presencial entre o pesquisador e os participantes?

O silêncio dos participantes da pesquisa fomentou muitos sons na forma de hipóteses possíveis para explicá-lo e compreendê-lo. Estaria este silêncio revelando algo específico sobre a educação inclusiva na educação superior a distância? Se sim, o que seria? De todas essas inquietações, uma conclusão é possível aquela relacionada à necessidade de se continuar pesquisando sobre o processo de inclusão escolar no ensino superior, como aponta Pieczkowski (2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa, procuramos identificar a percepção de um aluno surdo e de seus professores sobre o uso do ambiente virtual de aprendizagem para o processo de inclusão em um curso superior a distância da Universidade de Brasília. Os resultados evidenciaram um silenciamento por parte dos participantes, que não responderam o questionário encaminhado pelo pesquisador.

Diante disto, duas hipóteses foram construídas: uma relacionada ao processo educacional do aluno surdo, que pode possuir a língua portuguesa como segunda língua, portanto, não ter dificuldades para interagir no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nesta condição, pode ser que o tema da pesquisa não tenha se tornado motivador para ele bem como para os professores.

Pode-se deduzir, também, com esta hipótese, de o estudante possuir o português como segunda língua, que ele não necessita de Atendimento Educacional Especializado. Logo, diante desta característica, conclui-se, supostamente, que os professores não entrevêm de forma diferenciada, conduzindo o processo educativo de acordo com sua prática pedagógica sem a necessidade de oferecer o AEE ao estudante.

Outra hipótese se refere aos problemas no delineamento metodológico da pesquisa, que utilizou questionário encaminhado por e-mail para os participantes. Dessa forma, o pesquisador não tem como ter certeza de que os e-mails com os questionários foram acessados pelos possíveis participantes da pesquisa. Esta hipótese permite refletir sobre a necessidade de o planejamento de pesquisa em contextos que envolvem inclusão na educação superior a distância investir em estratégias de comunicação alternativas com os participantes. Com isto, haveria tempo hábil para a construção de outras estratégias nesta pesquisa, o que não foi possível, haja vista a greve de funcionários da secretaria da educação a distância da Universidade.

De toda sorte, o silêncio da pesquisa revelada evidencia a importância de promover reflexões acerca da educação inclusiva na Universidade de Brasília, na modalidade a distância, talvez não só no Curso de Letras, mas, também, nas outras graduações, na modalidade a distância e presencial da Universidade. A inclusão escolar na educação superior merece atenção para que as ações pedagógicas,

sejam presenciais ou a distância, ofereçam os contextos necessários para a promoção de uma educação de qualidade, que considere todos e cada um(a) no processo de construção do conhecimento científico e da formação profissional eticamente engajadas nos princípios da justiça, respeito e solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA M. Elizabeth B. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 2. São Paulo, FE/USP, jul-dez 2003.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acessado em 29 jun 2015.

_____. Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acessado em 08 out 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acessado em 08 out 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acessado em 08 out 2015.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acessado em 08 out 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

CHIZOTTI. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo; FERREIRA, Josimário de Paulo. Educação Escolar de pessoas com surdez – Atendimento educacional especializado em construção. **Revista da Educação Especial**, v. 5, n. 1, 2010.

GONSALVES, Elisa. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Ed. Alínea, 2005.

HAMERS, J. F.; BLANC, M. **Bilinguality and bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

FÁVERO , E. A. G; Pantoja, L.M.P; Mantoan, M.T. E. Atendimento Educacional Especializado: **Aspectos Legais e Orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FÁVERO, Osmar et al. (Org.) **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, Educação e Cultura. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. (Orgs.) **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p.387-405, set/dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 fev 2015.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Orgs). **O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; SCHMITT, Valdenise; DIAS, Maria Regina Álvares C. Ambientes virtuais de aprendizagem. In: PEREIRA, A. T. C. **Ambientes virtuais de aprendizagem: em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

PULINO FILHO, Athail Rangel. **Manual do Moodle**. Brasília, 2009.

GIROTO, Cláudia Regina Mosca. POKER, Rosimar Bortolini. OMOTE, Sadao (org.) **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas – Marília: Oficina Universitária**, 2012. 238.p

MIRANDA, Andréa da Silva [et al.]. **Subsídios para construção de ambientes virtuais de aprendizagem acessíveis para deficientes auditivos**. Anais do 12º Congresso Internacional de Educação a Distância, Florianópolis, 2005. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/193tcc2.pdf>>. Acessado em 07 fev 2015.

MORAIS, D.M.A.O.; MARTINS. J.J.; VAZ. I.B; LEONART.R. **Conhecendo e compreendendo a pessoa com deficiência**. Fundação de Ação Social-FAS. 3.ed. Curitiba,2006.

NEDER, M. L. C. Educação a distância e sua contribuição na mudança de paradigmas educacionais na formação de professores. In: CHAVES FILHO, H.

(org.). **Desafios da Educação a Distância na formação de professores**. Brasília: MEC/SEED, 2006.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão no Ensino Superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Chapecó, 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/100/678>> Acessado em 10 out 2015.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R. and BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2005, vol.35, n.126. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 fev. 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acessado em 10 out 2015.

APÊNDICES

Nas páginas seguintes, seguem os itens:

- Apêndice A:
Instrumento de coleta de dados: questionário – professor;
- Apêndice B:
Instrumento de coleta de dados: questionário – estudante.

Apêndice A



Universidade de Brasília
 Instituto de Psicologia
 Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
 Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

PESQUISA Professor

Tema: O USO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO SURDO NA UNIVERSIDADE

Discente: Tales Ramos Monteiro dos Santos

Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Eugenia Caixeta

Prezado(a) professor(a) do Curso de Letras, da Universidade de Brasília, na pesquisa que desenvolvo para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização *Lato Sensu* em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – IP/UnB, preciso obter algumas informações acerca da sua percepção sobre a inclusão escolar através do ambiente virtual de aprendizagem, no Curso de Letras da Universidade de Brasília, na modalidade a distância.

Contamos com a sua colaboração ao responder os itens abaixo e, desde já, agradecemos pelo tempo dispensado a nós ao colaborar com a presente pesquisa.

O pesquisador se compromete a manter os dados individuais em sigilo. Não há riscos físicos ou psicológicos para você. Os dados coletados poderão ser utilizados para divulgação em eventos de educação ou publicações. Porém, garantindo-se o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

Pesquisador: Tales Ramos Monteiro dos Santos

Telefone: (61) 8102-2649

E-mail: tales18@gmail.com

Para tal, solicito a sua colaboração respondendo os itens abaixo:

1. Como foi que você ficou sabendo que daria aula para um aluno surdo? Pode nos contar como foi esta experiência? O que mudou a partir desse conhecimento de que teria ou tem um aluno surdo na sua sala de aula?

--

2. Como é ou foi planejar a sua disciplina para uma turma com um aluno surdo?

--

3. Quanto à elaboração do material, Você pensou em algo direcionado a ele? Algum ou

--

mais recursos pedagógicos diferenciados? Quais?

4. Quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), você o vê como um instrumento de inclusão escolar para o aluno surdo? Justifique sua resposta.

5. Você costuma atualizar-se com cursos de formação em EaD? Se sim, com qual frequência?

Agora, para descrição dos participantes da pesquisa, solicitamos algumas informações sobre você:

Sexo: M () F ()

Idade:

Formação (graduação, especialização, mestrado ou doutorado):

Disciplina ofertada para o aluno com surdez:

Obrigado!

Tales Ramos

Apêndice B



Universidade de Brasília
 Instituto de Psicologia
 Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
 Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

PESQUISA Estudante

Tema: O USO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO SURDO NA UNIVERSIDADE

Discente: Tales Ramos Monteiro dos Santos

Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Eugenia Caixeta

Prezado aluno do Curso de Letras, da Universidade de Brasília, na pesquisa que desenvolvo para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização *Lato Sensu* em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – IP/UnB, preciso obter algumas informações acerca da sua percepção sobre a inclusão escolar através do ambiente virtual de aprendizagem, no Curso de Letras da Universidade de Brasília, na modalidade a distância.

Contamos com a sua colaboração ao responder os itens abaixo e, desde já, agradecemos pelo tempo dispensado a nós ao colaborar com a presente pesquisa.

O pesquisador se compromete a manter os dados individuais em sigilo. Não há riscos físicos ou psicológicos para você. Os dados coletados poderão ser utilizados para divulgação em eventos de educação ou publicações. Porém, garantindo-se o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

Pesquisador: Tales Ramos Monteiro dos Santos

Telefone: (61) 8102-2649

E-mail: tales18@gmail.com

Para tal, solicito a sua colaboração respondendo os itens abaixo:

1. Como foi que você se interessou pelo curso de Letras a distância da UnB?

2. Você recebe algum atendimento educacional especializado? Poderia me contar como é este atendimento?

3. Você recebe algum atendimento educacional especializado? Poderia me contar como é este atendimento?

--

4. Você acha que a Universidade promove a inclusão escolar na modalidade a distância? Por quê?

--

5. O que você sugeriria para facilitar o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva nos ambientes virtuais de aprendizagem?

--

Agora, para descrição dos participantes da pesquisa, apenas uma pergunta sobre você:

Idade: _____

Obrigado por sua participação nesta pesquisa!

Tales

ANEXOS

Nas páginas seguintes, seguem os itens:

- Anexo A:
Instrumento de coleta de dados: questionário – aluno;
- Anexo B:
Instrumento de coleta de dados: questionário – professor.

Anexo A



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado estudante,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **O Uso Dos Ambientes Virtuais De Aprendizagem Como Instrumento De Inclusão Escolar De Um Aluno Surdo Na Universidade**. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário via e-mail.

Esclareço que a sua participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. O(a) senhor(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela instituição de ensino. Asseguro-lhe que a sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como o questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone **(61) 8102-2649** ou no endereço eletrônico **tales18@gmail.com**. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Aluno

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

Anexo B



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **O Uso Dos Ambientes Virtuais De Aprendizagem Como Instrumento De Inclusão Escolar De Um Aluno Surdo Na Universidade**. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário via e-mail.

Esclareço que a sua participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. O(a) senhor(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela instituição de ensino. Asseguro-lhe que a sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como o questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone **(61) 8102-2649** ou no endereço eletrônico **tales18@gmail.com**. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____